



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RORAIMA  
DIRETORIA DO FORO

CONTRATO Nº \_\_/2020

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE PINTURA INTERNA E  
EXTERNA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE  
RORAIMA, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO,  
POR ATO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª  
INSTÂNCIA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE  
RORAIMA E A EMPRESA

\_\_\_\_\_.

Aos \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte, de um lado, a União, por ato da Justiça Federal de 1ª Instância, **Seção Judiciária de Roraima**, com registro no CNPJ/MF nº 05.438.430/0001-03 e sede na Avenida Getúlio Vargas, 3999, Bairro Canarinho, Boa Vista - RR, neste ato representada pelo MM. Juiz Federal Diretor do Foro, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria/PRESI/ASMAG, assinada pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecido na \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado e celebram o presente **CONTRATAÇÃO**, conforme especificações e quantitativos constantes dos Anexos do Edital, observado o disposto nos autos do Processo Administrativo nº 608-49.2020.4.01.8013, **Pregão Eletrônico nº. ....**, Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/05 e suas alterações mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Serviço de pintura do edifício-sede da Seção Judiciária de Roraima, conforme as especificações do edital de licitação nº \_\_\_\_/2020 e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Contrato n° \_\_\_\_/2020

Página 2 de 13

1. O valor total deste contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

1. A despesa orçamentária da execução deste contrato ocorrerá à conta da Natureza da Despesa \_\_\_\_\_, do Programa de Trabalho 096903, conforme Nota de Empenho n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO**

1. O prazo para execução dos serviços é de **45 (quarenta e cinco) dias**, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93, a critério da Administração.

2. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de execução de serviço pelo CONTRATANTE, para o **início** das atividades.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

1. O prazo de vigência deste contrato é de 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, pelo período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/ a \_\_\_\_/\_\_\_\_, incluindo todos os prazos de execução, recebimento provisório e definitivo.

**CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DO CONTRATO E DO OBJETO**

1. O prazo de garantia do objeto é de 5 (cinco) anos, a contar do seu recebimento definitivo. Período em que a CONTRATADA fica obrigada a reparar vícios e defeitos do serviço e do material utilizado, sem prejuízo de outras garantias.

2. Exigir-se-á da CONTRATADA garantia a ser prestada da ordem de 5% (cinco por cento) da adjudicação do valor do contrato, a ser restituída após a execução satisfatória do objeto (recebimento definitivo).

2.1. A garantia mencionada servirá como seguro pelo fiel cumprimento do Contrato, respondendo inclusive, pelas multas eventualmente aplicadas. A infringência a qualquer das cláusulas do Contrato, implicará em perda da citada



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Contrato nº \_\_\_\_/2020

Página 3 de 13

garantia a favor da CONTRATANTE, revertendo seu valor aos cofres da Administração.

2.2. Em caso de utilização da garantia, total ou parcial, a CONTRATADA se obriga a repor o valor na sua integralidade, para a mesma finalidade, num prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da comunicação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

2.3. A garantia ou seu saldo será liberado, mediante requerimento, após a execução do Contrato e desde que integralmente cumpridas todas as obrigações assumidas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. A CONTRATADA, além das obrigações previstas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico, deve:

2.1. Indicar o preposto, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da ordem de execução dos serviços para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato;

2.2. **Enviar relação de funcionários com nome e Carteira de Identidade à FISCALIZAÇÃO em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de serviço;**

2.3. Reportar à Justiça Federal de Roraima, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades do Tribunal;

2.4. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato e que eventualmente venham a ser solicitados pela Justiça Federal de Roraima;

2.5. Apresentar ART em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da ordem de serviço;

2.6. Fornecer e manter, no local da prestação do serviço, Diário de Obra, contendo os lançamentos e registros obrigatórios, com folhas em 03 (três) vias, das quais 02 (duas) destacáveis;



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA**

Contrato nº \_\_\_\_/2020

Página 4 de 13

2.7. Apresentar no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, o cronograma físico – financeiro, conforme o item 3.5 do Termo de Referência.

**3. São expressamente vedadas à CONTRATADA:**

3.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

3.2. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato;

3.3. A subcontratação total para a execução do objeto deste contrato.

3.3.1. Os serviços poderão ser parcialmente subcontratados, com expressa autorização da contratante.

3.3.2. A listagem das empresas subcontratadas deverá ser formalmente apresentada à FISCALIZAÇÃO.

**4. O CONTRATANTE, além das obrigações previstas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico, deve:**

4.1 Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;

4.2 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, sempre que necessário à execução dos serviços, nos horários previamente acordados;

4.3 Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

4.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por representante(s) especialmente designado(s), nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93;

4.5 Efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

4.6 Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Contrato nº \_\_\_\_/2020

Página 5 de 13

5. A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.

6. Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA não poderá alegar eventuais erros de quantitativos ou omissões de serviços na sua Planilha Orçamentária para justificar aditivos contratuais.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor/comissão designado pela Seção Judiciária de Roraima, que representará a Justiça Federal em Roraima (JFRR) perante a CONTRATADA.
2. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a Comissão designada para esse fim.
3. A administração concederá o prazo **de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por mais 05 (cinco)**, a critério da administração, para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, **sob pena de rescisão contratual**, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação;

#### CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

1. O recebimento provisório do objeto será realizado pela unidade ou comissão responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da CONTRATADA e após a verificação de que os serviços se encontram concluídos.

2. A FISCALIZAÇÃO poderá recusar o recebimento provisório do objeto, caso haja inconformidades significativas em relação às especificações.

2.1. Caso sejam constatadas inconformidades que não impeçam o recebimento provisório, estas deverão ser relacionadas em documento anexo ao termo circunstanciado e corrigidas até o recebimento definitivo.

3. O recebimento definitivo do objeto será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento provisório e vistoria, que comprove a adequação dos serviços às cláusulas contratuais, mediante termo próprio, observado o disposto no artigo 69 da Lei 8666/93.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Contrato n° \_\_/2020

Página 6 de 13

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.
2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do SINAPI não poderá ser reduzida, em favor da CONTRATADA, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.
3. Ao longo da execução do contrato, caso haja a necessidade de se firmar termo aditivo, os custos unitários dos itens acrescidos deverão seguir as seguintes orientações:
  - 3.1. Para itens que já constem do contrato, os custos corresponderão àqueles já contratados;
  - 3.2. Para itens novos existentes no SINAPI, os custos corresponderão àqueles relativos aos das medianas constantes daquele sistema para a região, aplicando-se sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela CONTRATADA em relação ao orçamento estimativo do Pregão Eletrônico;
  - 3.3. Para os itens novos não constantes do SINAPI, deverá ser utilizado o menor custo obtido a partir da pesquisa realizada com, pelo menos, três fornecedores;
  - 3.4. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários ultrapassar os respectivos custos nos termos dos critérios ora definidos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
  - 1.1 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Contrato nº \_\_\_\_/2020

Página 7 de 13

produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

1. O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao edital e anexos do Pregão Eletrônico nº ..../2020, constante do PAe 608-49.2020.4.01.8013/JFRR, bem como à proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MEDIÇÃO, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

1. Os serviços efetivamente executados serão medidos em duas etapas, conforme cronograma físico-financeiro.
2. O início do período da primeira medição será a partir do quinto dia útil da expedição da Ordem de Serviço, e o final quando do recebimento provisório do objeto contratual.
3. A primeira medição ocorrerá após 30 (trinta) dias do prazo estipulado no item anterior.
4. O pagamento das medições dos serviços realizados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO somente ocorrerá mediante a apresentação, pela CONTRATADA, do Diário de Obras devidamente preenchido até a data final do período da medição.
5. O CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da apresentação do documento fiscal correspondente.
6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
7. O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.
8. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos, pelo CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
  - 6.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Contrato nº \_\_\_\_/2020

Página 8 de 13

compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES**

1. A não execução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, observado o contraditório e a ampla defesa, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e neste contrato, conforme listado a seguir:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente a de multa.

3. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 5 (cinco) dias na execução do cronograma de execução físico-financeiro ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital do Pregão Eletrônico e neste contrato as quais não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Justiça Federal de Roraima, a critério do Gestor do Contrato, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5. Também poderá ser aplicada a advertência nos casos previstos no item 7 desta cláusula.

6. A inexecução parcial ou total do objeto desta contratação por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas na lei.

- 6.1. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Contrato nº \_\_\_\_/2020

Página 9 de 13

a) a CONTRATADA executar, até o final de 45 (quarenta e cinco) dias do prazo de execução do objeto, menos de 50% (cinquenta por cento) do previsto no cronograma físico-financeiro por ele apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO;

b) houver atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias após o término do prazo fixado para a conclusão do objeto e o percentual executado seja de no máximo 90% (noventa por cento) do previsto no cronograma.

6.2. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de serviço, ou quando os serviços forem integralmente recusados pela FISCALIZAÇÃO.

7. Além das multas previstas no item 6 desta cláusula, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 1 e 2 abaixo.

7.1. Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2, a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar apenas a sanção de advertência.

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,05% do valor do contrato
2	0,10% do valor do contrato
3	0,20% do valor do contrato
4	0,50% do valor do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		GRAU
Item	DESCRIÇÃO	
1	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada; por ocorrência e por dia;	01
2	deixar de apresentar a ART dos serviços para início dos serviços no prazo de até 10 (dez) dias úteis do recebimento da ordem de serviço, por dia de atraso;	01
3	deixar de preencher o Diário de Obra, por dia de não preenchimento;	01



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Contrato nº \_\_\_\_/2020

Página 10 de 13

4	deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os profissionais suficientes para o andamento dos serviços, conforme acordado pontualmente com a FISCALIZAÇÃO, por dia;	02
5	executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de refazer serviços não aceitos pela FISCALIZAÇÃO no prazo determinado; por ocorrência;	02
6	recusar-se a executar serviço ou cumprir determinação formal, prazos ou instrução complementar com determinação da FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	02
7	executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, por empregado, por ocorrência;	02
8	manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado;	03
9	reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência;	03
10	suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia;	04

8. Quando a CONTRATADA deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro por ela apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, serão aplicadas multas conforme tabela 3 abaixo. A apuração dos atrasos será feita mensalmente.

8.1. A(s) multa(s) por atraso injustificado na execução dos serviços incidirá(ão) sobre os valores previstos para o pagamento do mês em que ocorrer o atraso, de acordo com o cronograma físico-financeiro inicialmente apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

8.2. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do(s) atraso(s), conforme tabela 3 abaixo:

**Tabela 3**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Contrato nº \_\_/2020

Página 11 de 13

GRAU	MULTA (sobre o valor previsto a ser executado no mês)	TIPO DE ATRASO
1	0,10%	BRANDO E EVENTUAL
2	0,30%	MEDIANO E EVENTUAL BRANDO E INTERMITENTE
3	0,50%	GRAVE E EVENTUAL BRANDO E CONSTANTE
4	0,70%	MEDIANO E INTERMITENTE

9. Quanto à gravidade, o atraso será classificado como:
- I -Brando: quando acarretar um atraso de 5% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento) na execução dos serviços no mês;
  - II -Mediano: quando acarretar um atraso de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco) na execução dos serviços no mês;
  - III - Grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% (vinte e cinco por cento) na execução dos serviços no mês.
10. Quanto à frequência, o atraso será classificado como:
- I -Eventual: quando ocorrer apenas uma vez;
  - II -Intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;
  - III -Constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes;
11. A gravidade do atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa, procedendo-se à comparação entre o valor total acumulado previsto pela CONTRATADA no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão. A multa poderá ser aplicada no decorrer da readequação, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso.
12. No primeiro mês em que ocorrer atraso poderá ser aplicada, a critério da FISCALIZAÇÃO, a sanção de advertência. A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso total da readequação de até 5% (cinco por cento).
13. Se a CONTRATADA apresentar, nos períodos de medição seguintes ao do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a FISCALIZAÇÃO poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA**

Contrato n° \_\_\_\_/2020

Página 12 de 13

14. A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos.

15. O somatório das multas previstas nos itens anteriores não poderá ultrapassar o percentual de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato.

16. A sanção de suspensão do direito de participar em licitação e de contratar com a Justiça Federal de Roraima, de que trata o inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada à CONTRATADA, por culpa ou dolo, por até dois anos, no caso de inexecução parcial do objeto, conforme previsto no item 6 desta cláusula, entre outros casos.

17. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) a CONTRATADA tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) a CONTRATADA praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) a CONTRATADA demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a Justiça Federal de Roraima, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) a CONTRATADA reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio da Justiça Federal de Roraima;
- e) houver ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da Justiça Federal de Roraima após a assinatura do contrato;
- f) a CONTRATADA apresentar, à Justiça Federal de Roraima, qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- g) inexecução total do objeto, conforme previsto nesta cláusula.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA**

Contrato nº \_\_/2020

Página 13 de 13

de Roraima, Seção Judiciária de Roraima, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato que vai assinado pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Boa Vista (RR), em ..... de ..... de 2020.

Juiz Federal - Diretor do Foro

Contratada